

## RESENHA – REVIEW – RESEÑA

### TRANSFEMINISMO: TEORIA & PRÁTICAS

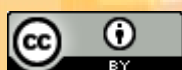
### TRANSFEMINISM: THEORY & PRACTICE

### TRANSFEMINISMO: TEORÍAS Y PRÁCTICAS

JESUS, Jaqueline Gomes de (org.). **Transfeminismo**: teorias & práticas. Rio de Janeiro: Editora Metanoia, 2014. 206 pp.

Na apresentação, destaca-se que este livro é sobretudo fruto de encontros virtuais e do simpósio "Feminismo Transgênero e Transfeminismo" realizado no seminário internacional Fazendo Gênero 10, realizado na UFSC em setembro de 2013. A temática do transfeminismo vem se tornando mais reconhecida no Brasil principalmente pela internet. O livro reúne pensadores brasileiros e portugueses buscando um aprofundamento dessa linha e ação feminista decorrente dos movimentos sociais e do meio acadêmico, objetivando conexões teóricas e pragmáticas entre estudos de gênero, feminismo e transgêneros. A obra é dividida em duas seções: a primeira volta-se para as interlocuções teóricas do transfeminismo e a segunda, para aplicações do mesmo. Entende-se que o pensamento transfeminista está em construção, bem como em resignificação para o contexto brasileiro.

O livro inicia com o texto "Interlocuções teóricas do pensamento transfeminista" de Jaqueline Gomes de Jesus, enfatizando que o transfeminismo pode ser conceituado como uma forma de pensamento e prática que rediscute a subordinação morfológica do gênero (como construção psicossocial) ao sexo (como biologia), relacionada com processos históricos, contra as opressões baseadas na norma binária. Seus fundamentos são identificados na consciência política e de resistência de pessoas trans e no feminismo negro abrangendo a interseccionalidade das opressões. Critica-se, no entanto, que a compreensão das diferenças entre sexos e gênero se restringe à academia e ainda não foi incorporada



pela sociedade como um todo, especialmente em seus instrumentos legais e burocráticos.

O segundo artigo, com uma escrita peculiar, é de viviane v. (propositadamente em minúsculo) intitulado "É a natureza quem decide? Reflexões trans\* sobre gênero, corpo e (ab?)uso de substâncias" que, numa leitura autoetnográfica do cotidiano da autora, enfatiza uma visão antinormativa e anticolonial tratando de questões como cannabis, terapia hormonal e o sistema (no sentido do sistema cissexista o qual privilegia pessoas consideradas coerentes socialmente e culturalmente quanto ao gênero, identidade, orientação sexual e genitália):

'Norte', 'Sul' e caretes desembocam em um pensamento arejado por um beck de prensada: perda em emaranhados sociais sistêmicos embebidos em injustiças - incluindo-se, aí, a economia política deste consumo ilegalizado -, questiono-me, por um lado sobre as im+possibilidades de enfrentar e destruir o sistema de formas interseccionalmente efetivas, e, por outro, de maneira mais específica, sobre como minha atividade acadêmica autoetnográfica maconheira pode se constituir em uma voz (entre diversas outras vozes) antinormativa e anticolonial, particularmente em relação aos gêneros não normativos (v.p. 25, 2014)

O próximo trabalho "Gênero e orientação sexual: uma tipologia para o movimento transfeminista" de Márcio Sales Saraiva baseia-se principalmente no conceito de tipo ideal de Max Weber, afastando-se do marxismo economista. Há um breve histórico do grupo social LGBT até a inclusão mais recente do "T" na sigla do movimento. Tal tipologia não busca enquadrar a população LGBT em caixinhas, mas explicitar suas diversidades de forma coerente e razoável. O autor entende que essa sigla pode ser tratada em duas perspectivas: a primeira, LGB, que se relaciona com a orientação dos desejos e a segunda, "T", que aborda a divergência entre sexo biológico, identidade exercida socialmente e sentida psicologicamente. Enfatiza-se a busca de um modelo societário e democrático visando a não excluir essas pessoas de direitos sociais, expressão, convivência, manifestação, sexuais. Ressalta-se o transfeminismo como uma ala crítica do feminismo "tradicional" em prol de alianças com setores da sociedade e para um programa objetivo de mudanças no arcabouço cultural-jurídico e nas políticas públicas.

O quarto capítulo, de Natália Silveira de Carvalho, "Gênero e Sexualidade: intersecções em disputa" ressalta a necessidade no feminismo de borrar as fronteiras do sujeito "mulheres", que começou com feministas lésbicas e negras,

evidenciando a importância de se questionar o sujeito da ação política para uma democracia radical, reconhecendo as relações de poder na constituição dos corpos. Assim, "se o gênero é uma gama de construções performativas cotidianas, o ato de constituir-se como sujeito genderado é uma ação política repleta de significados" (CARVALHO, 2014, p. 71). A autora aborda uma trajetória sobre gêneros e feminismos, criticando a patologização da transexualidade e da intersexualidade, citando trabalhos relevantes no desenvolvimento dessa trajetória, como a crítica ao trabalho de Robert Stoller, para quem a transexualidade era uma doença, como os artigos e livros de Gayle Rubin e Joan Scott, considerados marcos para os estudos de gênero. Há também uma exploração de estudos feministas culturais e radicais sendo as primeiras voltadas para categorias de gênero biológicas e essencialistas enquanto as segundas têm uma visão crítica à biologia compreendendo a luta pela liberdade da e na reprodução como fundamento para a autodeterminação das mulheres. Ademais:

[...] reivindicar posições transfeministas implica em reafirmar a política do corpo contra a heteronorma e revelar que esta não está simplesmente no que superficialmente identificamos como hegemônico, mas em práticas emancipatórias que para se manterem radicalmente como tal precisam conviver com a eterna angústia de conviver com certezas de identidade como ficção (CARVALHO, 2014, p. 81).

O texto "Os homens transexuais brasileiros e o discurso pela des(patologização) da transexualidade", de André Lucas Guerreiro Oliveira, inicia a parte de aplicações do transfeminismo. O texto traz uma crítica à heteronormatividade pela obrigatoriedade da coerência entre corpos, desejos, gênero e identidade, de modo que o que foge a essa coerência é tratado como patologização, o que acontece explicitamente no caso da transexualidade.

Tudo começa com a exigência de pelo menos (não há um tempo fixo máximo) dois anos de terapia compulsória para as pessoas candidatas à patologização de sua experiência. Ótimo que compreendo a reivindicação das pessoas (transexuais) pela garantia do direito ao atendimento psicológico devido às imensas dificuldades vivenciadas por conta da transfobia sofrida. O incômodo é que este direito é um dever. Ninguém escolhe se deseja ou não este atendimento, se não for do seu desejo, você estará descartado sumariamente do processo. Enfim, é dessa maneira que um direito é transfigurado em dever. Obviamente os pontos pela obediência vão sendo contabilizados (OLIVEIRA, 2014, p. 92).

Destaca-se que os debates sobre a despatologização da transexualidade quanto aos homens trans são embrionários no contexto nacional, tendo começado com a associação brasileira de homens trans - ABHT em 2012, questionando-se os

motivos de não se buscarem alternativas para o atendimento das pessoas transexuais pelo SUS por não as considerarem doentes

O capítulo seguinte de Guilherme Gomes Ferreira é intitulado "A prisão sobre o corpo trans: gênero e significados sociais". Trata-se de uma pesquisa com travestis presas, seus companheiros presos e homens homossexuais no presídio central de Porto Alegre, bem como travestis que já passaram pela experiência da prisão e travestis representantes de movimentos sociais. Foi criada nesse local uma ala destinada às travestis em que o autor defende que foi fruto de suas reivindicações pelas intensas e diferentes violações de direitos humanos. Compreende-se que a violência sofrida pelas travestis é tanto fruto da ambiguidade de gênero como de questões de raça/etnia e classe social. Os companheiros das travestis também sofrem um processo de estigmatização pelas suas famílias e outros cárceres pela assunção do relacionamento. É, de fato, reconhecido um quadro complexo na vivência das travestis nas prisões, pois a ala específica é tanto um modo de enfrentamento como um modo de opressão pelo não acesso à educação e ao trabalho no cárcere, pela transfobia institucional e aumento do controle penal.

Em seguida, há o artigo "Não-vidência e transexualidade: questões transversais", de Felipe Moreira. Buscam-se conexões entre a transexualidade e as pessoas que nasceram ou perderam a visão ocular (nao-vidência) para problematizar a dimensão visual das construções de gênero, ampliando o trans-feminismo e sua luta interseccional. Enfatiza-se que:

[...] As pontes ente a não-vidência e a transexualidade vão para além de seus limites impostos por uma sociedade injusta, ultrapassam a negatividade relegada à elas por uma sociedade desigual. Podem e devem ser pensadas, juntamente com tantas outras estâncias da vida social que carregamos conosco, como vivência legítimas. O empoderamento e autonomia de suas corporalidades não só nos ajuda a expor e combater as normatividades e expectativas injustas a que são submetidas, mas desconstroem o assistencialismo e a patologização que impedem a criação de um ambiente seguro e o livre exercício de suas plenitudes (MOREIRA, 2014, p. 132 -133)

Adiante, Liliana Rodrigues, Nuno Santos Carneiro e Conceição Nogueira discutem "Transexualidades: olhares críticos sobre corpos em crise", visando a reconhecer direitos às pessoas trans, pela autodeterminação de seus corpos e das

suas identidades. Refletem sobre o transfeminismo, reivindicando a desconstrução do binarismo de gênero, a despatologização, o combate à violência cissexista e/ou transfóbica, a visibilidade da sexualidade de pessoas trans não heterossexuais inclusive entendendo gênero diferente de orientação sexual, a garantia de direitos sexuais e reprodutivos para pessoas trans, o reconhecimento da interseccionalidade das opressões e a ampliação do sujeito político do feminismo. Trazem um panorama sobre a mudança de sexo e nome no registro civil em diversos países, seus procedimentos e requisitos para tanto. Destarte, defendem a despatologização das transexualidades como reconhecimento de direitos humanos, defendendo que as pessoas transexuais sejam protagonistas quanto à autodeterminação de seu gênero e corpo.

O último capítulo "Agora, as mulheres são outras. Travestis e envelhecimento" de Fábio Henrique Lopes adota uma perspectiva historiográfica sobre as longevidades travestis, tema ainda pouco trabalhado na comunidade acadêmica. Assim, "[...] como não ressaltar os investimentos em distrações, viagens, passeios, excursões e bailes direcionados aos idosos; atividades estas que, em sua maioria, são vias de hierarquização e de rejeição da homossexualidade e da travestilidade na velhice" (LOPES, 2014, p. 159). O autor destaca as diversas dificuldades que as travestis enfrentam em suas trajetórias de vida até chegar à velhice (sendo que poucas chegam nessa fase da vida devido às violências que enfrentam no decorrer de suas vidas), analisando alguns poucos trabalhos nacionais sobre a temática, buscando politizar a morte e a longevidade de travestis criticando a heterossexualidade compulsória e abjeção travesti com base em uma epistemologia queer. Também conta as experiências e escritas de si de duas travestis Lalá Morbeck e Ruddy notando que

[...] pode ser o reconhecimento da travestilidade e da transgeneridade como mananciais de formas de existência e de convivência queer, em várias fases da vida, da adolescência à chamada velhice. Elas recusam o lugar de vítimas, ousaram viver um modo de vida que não importava, entregues à morte e à abjeção. Continuam alegres e com sorriso nos lábios, agindo e criando. Potência e afirmação de modos trans de viver [...] (LOPES, 2014, p. 177).

Consideramos que o presente livro é interessante e importante por diversos motivos. Cabe destacar a busca da inclusão do transfeminismo e suas resignificações para o Brasil, bem como o claro reconhecimento do gênero como

identidade subjetiva, norma e política. É relevante também ao trazer diversos autores que trabalham com os estudos de gênero em diferentes perspectivas - sejam metodológicas, teóricas e epistemológicas - bem como uma visão crítica e política dos escritores de seus capítulos. Entendemos também que a visibilidade às pessoas transgêneras é uma questão de suma importância na sociedade atual em busca de uma perspectiva crítica de transformação social que proporcione reconhecimento, inteligibilidade e igualdade de direitos à todas/todos.

**Por:**

**Henrique Luiz Caproni Neto**, Mestrando em Administração com ênfase em Estudos Organizacionais e Sociedade pela Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG, Brasil.

E-mail: [henriquecap\\_adm@yahoo.com.br](mailto:henriquecap_adm@yahoo.com.br)

**Resenha:**

**Submetida em 23.05.2015**

**Aceita em 14.06.2015**